

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2009

- ***DIRETORIA***
- ***SECCIONAIS***
- ***COMITÊS***

DIRETORIA E CONSELHO DIRETOR
Triênio 2009-2012
(Eleitos na AGO de 30.3.2009)

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Nacional:	José Luis de Salles Freire TozziniFreire Advogados
Vice-Presidente Nacional:	Carlos Roberto Fornes Mateucci Yarshell, Mateucci e Camargo Advogados
Diretor Financeiro-Administrativo:	Moira V. Huggard-Caine TozziniFreire Advogados
Diretor de Relações Institucionais:	Carlos José Santos da Silva Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados
Diretor de Relações Governamentais:	Luiz Piauhyllino de Mello Monteiro Advocacia Piauhyllino Monteiro
Diretor de Relações Internacionais:	Thomas Benes Felsberg Felsberg, Pedretti, Mannrich e Aidar Advs e Cons Legais
Diretores Executivos:	Gilberto Giusti Pinheiro Neto Advogados Gustavo Brigagão Ulhoa Canto, Rezende e Guerra Advogados
Conselheiros Permanentes: (Ex-Presidentes)	Orlando Di Giacomo Filho Período: 1983-1984 1986-1987 1992-1995 Celso Cintra Mori Período: 1985 Clemencia B. Wolthers Período: 1988-1991 1996-2003 Horacio Bernardes Neto Período: 2003-2006 Antonio Corrêa Meyer Período: 2006-2009
Presidente do Conselho Diretor:	Antonio Corrêa Meyer

DIRETORES

Altamiro Boscoli

Demarest e Almeida

Antonio C. Mariz de Oliveira

Advocacia Mariz de Oliveira

Belisário dos Santos Jr.

Rubens Naves, Santos Jr. Hesketh Escritórios Assoc.

Celso de Souza Azzi

Telles Pereira, Azzi, Ferrari e Almeida Salles Advs

Gustavo Graça Mercadante

Gustavo Mercadante - Advogados

Luis Augusto Roux Azevedo

Xavier, Bernardes, Bragança Sociedade de Advogados

Marcelo A. Muriel

Mattos, Muriel, Kestener Advogados

Mariana Matos de Oliveira

Oliveira e Leite Advogados

Paulo Rogério Sehn

Trench, Rossi e Watanabe Advogados

Salvador Fernando Salvia

Martins e Salvia Advogados

Sólton de Almeida Cunha

Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados

CONSELHO DIRETOR

Presidente:	Antonio Corrêa Meyer Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados
Vice-Presidente:	Rubens Approbato Machado Approbato Machado Advogados
Membros:	Alberto Murray Neto Paulo Roberto Murray Advogados Arthur Pinto Lemos Netto Lemos e Associados Advocacia Carlos Eduardo Manfredini Hapner Hapner e Kroetz Advogados Décio Policastro Araújo e Policastro Advogados Eduardo Carvalho Tess Filho Tess Advogados Eduardo Grebler Grebler Advogados Fernando B. Pinheiro Fernando Pinheiro Consultoria Legal Hermano de Villemor Amaral Neto Escritório Villemor Amaral - Advogados Luiz Fernando H. Sant'Anna Demarest e Almeida Luiz Flávio Borges D'Urso D'Urso e Borges Advogados Associados Luiz Roberto de Andrade Novaes Novaes e Plantulli Advogados Márcia D. L. Matrone Rolim Advogados Associados Mário Barros Duarte Garcia Duarte Garcia, Caselli Guimarães e Terra Advogados Nelson Eizirik Carvalhosa, Eizirik, Ochman e Real Amadeo Advogados Newton Silveira Newton Silveira, Wilson Silveira e Associados Advs Ordélio Azevedo Sette Azevedo Sette Advogados Patrícia de Castro Rios Leite, Tosto e Barros Advogados Associados Paulo Weygand Vieira Vieira, Rezende, Barbosa e Guerreiro Advogados Paulo Cezar Aragão Barbosa, Müssnich & Aragão Ricardo Veirano Veirano Advogados Roberto Quiroga Mosquera Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advs.

Conselho Editorial

Robson Maia Lins

Barros Carvalho Advogados Associados

Salvador Ceglia Neto

Ceglia Neto, Advogados

Sônia Maria Giannini Marques Döbler

Sônia Marques Döbler Advogados

Stanley Martins Frasão

Homero Costa Advogados

Técio Lins e Silva

Técio Lins e Silva, Ilídio Moura - Advogados Assoc.

Ubiratan Mattos

Mattos, Muriel, Kestener Advogados

Ulisses César Martins de Sousa

Ulisses Sousa Advogados Associados

Marta Mitico Valente

TozziniFreire Advogados

MEMBROS HONORÁRIOS

Agostinho Toffoli Tavolaro

Carlos Alberto de Souza Rossi

Carlos Nehring Netto

Claudio Antonio Mesquita Pereira

Elias Farah

Francisco Florence

Jorge I. Salluh

José Roberto Pisani

Noé de Medeiros

Otávio Uchoa da Veiga Filho

Paulo Roberto Murray

Pedro Cury

Sérgio Ferraz

Sérgio P. S. Caiuby

SECCIONAIS

SECCIONAL BAHIA

Vice-Presidente:	Carlos Frederico Guerra Andrade Guimarães & Meireles Advogados Assoc. S/C
Membros Honorários:	Mariana Matos de Oliveira Pedro Barachisio Lisbôa
Diretor Financeiro- Administrativo:	Henrique Silva de Oliveira Trigueiro Fontes Advogados
Diretor de Relações Institucionais:	Fabício de Castro Oliveira Castro Oliveira Advogados
Diretores:	Godofredo de Souza Dantas Neto Adv. Portella, Dantas, Martinelli & Silva
	Maurício Dantas Góes e Góes Lapa & Góes E Góes Advogados e Consultores

SECCIONAL BRASÍLIA

Vice-Presidente:	Cristiane Romano Machado, Meyer, Sendacz e Opice - Advogados
Membros Honorários:	Marta Mitico Valente Tulio Freitas do Egito Coelho
Diretor Financeiro- Administrativo:	Carlos Mário da Silva Velloso Filho Advocacia Velloso
Diretor de Relações Institucionais:	Francisco Queiroz Caputo Neto Caputo, Bastos e Fruet Advogados

SECCIONAL MINAS GERAIS

Vice-Presidente: **Ezequiel de Melo Campos Netto**
Melo Campos Advogados Associados S/C

Membros Honorários: **Eduardo Grebler**
Gustavo Graça Mercadante

Diretor Financeiro-Administrativo: **Augusto Tolentino Pacheco de Medeiros**
Tolentino Advogados

Diretor de Relações Institucionais: **Lucila de Oliveira Carvalho**
Advocacia Raul de Araújo Filho S/C

Diretores: **João Henrique Café de Souza Novais**
João Café Novais Advogados

Leonardo Canabrava Turra
Lima Netto, Campos, Fialho, Canabrava Advs.

SECCIONAL NORTE

Vice-Presidente: **Jorge Alex Athias**
Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães,
Pinheiro & Scaff - Advogados

Membros Honorários: **Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau Filho**
Fernando Facury Scaff

Diretor Financeiro-Administrativo: **Clovis Cunha da Gama Malcher Filho**
Gama Malcher Advocacia

Diretor de Relações Institucionais: **Frederico Coelho de Souza**
Escritório Coelho de Souza S/C

Diretores Seccionais **José Alfredo F. de Andrade**
Andrade & Gomes - Advogados

Ulisses César Martins de Sousa
Ulisses Sousa Advogados Associados

SECCIONAL PARANÁ

Vice-Presidente:	Alfredo de Assis Gonçalves Neto Assis Gonçalves, Kloss Neto e Advogados Assoc.
Membros Honorários:	Manoel Antonio de Oliveira Franco João Casillo Carlos Eduardo Manfredini Hapner
Diretor Financeiro-Administrativo:	Gabriel Placha Oliveira Franco, Ribeiro, Küster, Rosa Advogados Associados
Diretor de Relações Institucionais:	Tarcísio Araújo Kroetz Hapner e Kroetz Advogados S/C
Diretores:	Adriana D'Avila Oliveira Advocacia Correa de Castro & Associados Rogério Poplade Cercal Cercal e Advogados Associados

SECCIONAL PERNAMBUCO

Vice-Presidente:	João Humberto Martorelli Martorelli e Gouveia Advogados
Membros Honorários:	Luiz Piauhyllino de Mello Monteiro
Diretor Financeiro-Administrativo:	Roberto Trigueiro Fontes Trigueiro Fontes Advogados
Diretor de Relações Institucionais:	Maurício de Albuquerque Albuquerque Pinto Advogados
Diretores:	Oswaldo Naves Advocacia Piauhyllino Monteiro Urbano Vitalino Neto Urbano Vitalino Advogados Associados

SECCIONAL RIO DE JANEIRO

Vice-Presidente:	José Antonio Fichtner Fichtner, Fichtner, Mannheimer, Horta e Perez Advocacia e Consultoria
Membros Honorários:	Jorge I. Salluh Paulo Vieira Gustavo Brigagão
Diretor Financeiro- Administrativo:	André Luis Monteiro Fichtner, Fichtner, Mannheimer, Horta e Perez Advocacia e Consultoria
Diretor de Relações Institucionais:	Jorge I. Salluh Veirano Advogados
Diretores:	Alberto de Orleans e Bragança Xavier, Bernardes, Bragança, Soc. de Adv. Elaine de Paula Palmer Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados Jorge Eduardo Gouveia Vieira Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira José Ricardo Pereira Lira Lobo e Ibeas Advogados Julian Chediak Motta, Fernandes Rocha e Advogados Luis Alberto Collona Rosman Bulhões Pedreira, Bulhões Carvalho, Piva, Rosmam e Souza Leão Advogados Marcelo Roberto Ferro Ferro, Castro Neves, Daltro & Gomide Advogados Marcelo Viveiros de Moura Pinheiro Neto Advogados Márcio Vieira Souto Costa Ferreira Sérgio Bermudes Advogados Nelson Laks Eizirik Carvalhosa, Eizirik, Ochman e Real Amadeo Advogados Pedro Aguiar de Freitas Veirano Advogados Rodrigo Garcia da Fonseca Wald e Associados Advogados S/C Técio Lins e Silva Técio Lins e Silva, Ilídio Moura - Advogados Associados S/C

SECCIONAL RIO GRANDE DO SUL

Vice-Presidente:	Eduardo Mariotti Tozzinifreire Advogados
Membros Honorários:	Hebe Bonazzola Ribeiro Ricardo Jobim de Azevedo André Azambuja de Vasconcellos Chaves
Diretor Financeiro-Administrativo:	Gabriela Wink Tozzinifreire Advogados
Diretor de Relações Institucionais:	Fábio Medina Osório Medina Osório Advogados
Diretores:	Cláudio Mangoni Moretti Trench, Rossi e Watanabe - Advogados
	Jorge Cesa Ferreira da Silva Veirano Advogados

SECCIONAL SANTA CATARINA

Vice-Presidente:	Rogério Reis Olsen da Veiga Olsen da Veiga - Advogados Associados S/C
Diretor Financeiro-Administrativo:	Alexandre dos Santos Pereira Vecchio Barros, Demaria & Vecchio Advocacia e Consultoria S/C
Diretor de Relações Institucionais:	Valfredo Quintino Salles Valente Salles Valente, Guimarães & Santiago Advogados Associados
Diretores:	Diogo Nicolau Pítsica Nicolau Pítsica Advocacia Associada
	Paulo Henrique de Assis Góes Góes & Góes Advogados

COMITÊS TEMÁTICOS

EMPRESARIAL

Coordenadores: **Salvador Fernando Salvia**
Luiz Roberto de A. Novaes

Comitês: Agências Reguladoras
Ambiental
Concorrência e Relações de Consumo
Relações Internacionais
Societário
Trabalhista e Previdenciário
Tributário

INSTITUCIONAL

Coordenadores: **Clemencia Beatriz Wolthers**
Orlando Di Giacomo Filho

Comitês: Advocacia Comunitária e Responsabilidade Social
Administração e Ética Profissional
Ensino Jurídico
Novos Advogados

RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

Coordenadores: **Marcelo A. Muriel**
Giovanni Ettore Nanni

Comitês: Arbitragem
Judiciário
Penal

RELATÓRIO DA
DIRETORIA E CONSELHO

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2009

De conformidade com o artigo 28, inciso III, do Estatuto Social do CESA, compete à Diretoria elaborar e apresentar, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas no exercício findo, para aprovação pela Assembléia Geral Ordinária. Dessa forma, passamos a apresentar o seguinte relatório.

1. **REUNIÕES** - Durante o ano de 2009, foram realizadas 7 (sete) Reuniões de Associadas, com a participação de várias autoridades e convidados especiais que debateram diversos temas de interesse das Sociedades de Advogados:

30 DE MARÇO

A primeira reunião do ano aconteceu no mês de março, ocasião em que foi realizada a **Assembléia Geral Ordinária**, com a eleição da nova diretoria e conselho do triênio 2009-2012. A segunda parte da reunião foi dedicada ao tema **Pro Bono**. Participaram da reunião, o Prof. **Miguel Reale Jr.**, que falou sobre a **Advocacia Pro Bono e o Combate à Violência contra a Mulher**, e o Dr. **Técio Lins e Silva**, representando o **Conselho Nacional de Justiça**, trazendo suas considerações acerca da Resolução nº 62, de 10 de fevereiro de 2009, que disciplina, no âmbito do Poder Judiciário, os procedimentos relativos ao cadastramento e à estruturação de serviços de assistência jurídica voluntária. Na parte final da reunião, recebemos o Presidente da **International Bar Association (IBA)**, Dr. **Fernando Pelaez-Pier**.

27 DE ABRIL

Na reunião de abril, foram abordados diversos temas de grande relevância. Na primeira parte da reunião, os integrantes da delegação da **ABA - American Bar Association - Section on International Law**, **Aaron Schildhaus**, **Glenn Hendrix**, **Michael E. Burke**, **Erik Wulff** e **William P. Johnson**, falaram sobre os efeitos da crise mundial e perspectivas da advocacia. Na segunda parte da reunião, participaram cinco Conselheiros Federais da OAB - Dr. **Alberto Zacharias Toron**, Dr. **Carlos Roberto Siqueira Castro**, Dr. **Jorge Eluf Neto**, Dr. **Marcelo Cintra Zarif** e Dr. **Ulisses Sousa**, para tratar do tema "Inviolabilidade dos Escritórios de Advocacia e Departamentos Jurídicos - Prerrogativas da Profissão".

25 DE MAIO

A reunião de maio trouxe à discussão o **Provimento 126/2008**, que resgata a obrigatoriedade de inscrição suplementar dos sócios das Sociedades de Advogados quando da abertura de filiais. O tema foi comentado pelos Drs. **Marcelo Zarif**, Presidente da Comissão Nacional das Sociedades de Advogados e **Stanley Frasão**, Membro da Comissão Nacional das Sociedades de Advogados e Presidente da Comissão de Sociedades de Advogados da OAB/MG. Também foi debatido o **Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 12/06 - Precatórios**, com a participação dos Drs. **Flavio José de Souza Brando**, representando a Seccional Paulista da OAB e a Comissão de Precatórios Judiciais da OAB/SP; **Eduardo de Souza Gouvêa**, Presidente da Comissão de Defesa dos Credores Públicos - Precatórios da OAB/RJ; **Felipe Néri Dresch da Silveira**, Presidente da Comissão de Precatórios da OAB/RS; **Aparicio Dias**, Conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo, **Arystóbulo de Oliveira Freitas**, Vice-Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo e **José Alfredo Baracho Jr.**, Presidente da Comissão para Assuntos Legislativos da OAB/MG. Os trabalhos foram coordenados pelo Diretor Marcelo Muriel, coordenador do Comitê Empresarial do CESA.

29 DE JUNHO

Nessa reunião, o Dr. **Gabriel Marciliano Júnior** e o Dr. **Décio Policastro**, respectivamente Presidente e membro da Comissão de Acompanhamento Legislativo da OAB/SP, relataram o trabalho desenvolvido pelo grupo para a elaboração do **Código de Procedimentos Processuais do Estado de São Paulo**. Na segunda parte da reunião, foi realizado um debate sobre **Questões pontuais e específicas que preocupam as Sociedades de Advogados, a saber: (a) Honorários de Sucumbência; (b) Pró-Labore dos Sócios - Aspectos Tributários e Previdenciários; (c) Sócios e Quotas de Serviço; e (d) Advogados Associados.**

31 DE AGOSTO

Nosso convidado especial dessa reunião foi o **Desembargador Federal Newton De Lucca**, que fez uma abordagem geral sobre tema **Execuções Fiscais**, apresentando as conclusões do Seminário organizado pelo Comitê Empresarial do CESA, realizado no mesmo dia e local, e que contou com a participação do Juiz Federal **Paulo César Conrado** e do Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Processual **Carlos Alberto Carmona**.

28 DE SETEMBRO

O tema principal dessa reunião foi a **Responsabilidade Civil e Penal do Advogado no Exercício da Profissão**. O tema foi debatido sob o enfoque da responsabilidade do advogado, integrante de sociedade de advogados, sócio ou associado, que no exercício da profissão recebe procuração de clientes para representá-lo em questões societárias - consequências e responsabilidades no âmbito fiscal, trabalhista, previdenciário, penal e societário.

26 DE OUTUBRO

Na última reunião do ano, os Diretores, Coordenadores de Comitês e Vice-Presidentes de Seccionais tiveram a oportunidade de falar sobre as atividades desenvolvidas durante o ano. Questões relativas à Tributação das Sociedades de Advogados também fizeram parte da pauta. No final da reunião, recebemos o Sr. **Oscar Vilhena**, do **Instituto Pro Bono**, que falou sobre a **Advocacia Comunitária e Responsabilidade Social** e da parceria com o CESA, objetivando estimular a prática da advocacia Pro Bono nas Sociedades de Advogados.

2. ENCONTROS/SEMINÁRIOS/PALESTRAS - O CESA organizou vários encontros, seminários e palestras em parceria com outras entidades:
 - a) **I Encontro Paraibano de Sociedade de Advogados**, em João Pessoa/PB, organizado com o apoio das associadas locais;
 - b) **I Encontro Capixaba de Sociedades de Advogados, em Vitória/ES**, organizado com o apoio das associadas locais;
 - c) **III Jornada Jurídico-Económica**, organizado em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores e o Consulado-Geral do Brasil em Barcelona.

3. EVENTOS COM A PARTICIPAÇÃO DO CESA - Também esteve representado em vários eventos:
 - a) **II Feira de Novos Mercados de Trabalho**, promovida pela OAB/SP e pela CAASP. O CESA esteve presente nesse evento com stand próprio.
 - b) **XIX Congresso Brasileiro de Direito Constitucional**, organizado pelo IBDC - Instituto Brasileiro de Direito Constitucional.

- c) **1º Encontro Estadual de Sociedade de Advogados OAB/RS**, em Porto Alegre..
- d) **1º Seminário Internacional de Mediação e Arbitragem da OAB/SP**, em São Paulo.
- e) **I Seminário Jurídico Franco-Brasileiro**, organizado pela OAB/SP.
- f) **XIII Congresso Internacional de Direito Tributário**, realizado pela ABRADT - Associação Brasileira de Direito Tributário.
- g) **Conferência Anual da International Bar Association (IBA)**, em Madrid.
- h) **Congresso Anual da Union Internationale Des Avocats (UIA)**, na Espanha.
- i) **XIV Seminário de Ética Profissional do TED-I**, realizado pela OAB/SP.

O CESA também esteve representado nos vários almoços promovidos pelo Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP, sendo que em um deles, o Presidente do CESA foi o convidado especial e falou sobre o **Desenvolvimento das Sociedades de Advogados e do CESA**.

Vale destacar que o CESA esteve representado no **Ato Público** organizado pelo Conselho Federal da OAB, que defendeu o cumprimento das decisões judiciais e pagamento dos precatórios devidos à sociedade.

4. PUBLICAÇÕES:

- **Revista Fórum CESA** - O acordo de parceria entre o CESA e a Editora Fórum encerrou-se em março de 2009, após a publicação da 10ª edição da Revista. Durante sua vigência, a Revista se apresentou como um espaço de debate de temas atuais do universo jurídico.
- **Diretório CESA** - Uma nova edição do Diretório CESA foi publicada e distribuída a todas as associadas, autoridades, entidades de classe, etc. Na nova edição, o Diretório apresenta, além da lista completa das associadas, da legislação pertinente às sociedades de advogados, também as deliberações da Comissão de Sociedades de Advogados da OAB/SP.
- **Informativo CESA** - O informativo mensal continuou sendo o principal veículo de comunicação da entidade, divulgando as atividades do CESA e as principais notícias de interesse das Sociedades de Advogados. A publicação, hoje, é dirigida a mais de 5.000 contatos, entre associadas, autoridades, colaboradores, etc.

5. **PARCERIAS/CONVÊNIOS** – Renovamos por mais um ano os programas de estágio para jovens advogados:
 - a) **Programa de treinamento para jovens advogados na Missão do Brasil em Genebra** – resultado da parceria entre a Missão do Brasil em Genebra, IBRAC e o CESA;
 - b) **Programa de estágio na Embaixada Brasileira em Washington, DC** – resultado da parceria entre a Embaixada Brasileira em Washington, IBRAC e o CESA;
 - c) **OABPrev-SP** – Assinado Convênio de Participação entre o CESA e a OABPrev-SP, com o objetivo de difundir a cultura da previdência privada entre as sociedades de advogados e incentivar a utilização desse benefício como ferramenta de recursos humanos.
 - d) **IBMEC** – Convênio de cooperação técnica, visa a execução do Plano Diretor do Mercado de Capitais.
 - e) **Instituto Pro Bono** - Parceria firmada com o objetivo de estimular a prática da advocacia pro bono nas sociedades de advogados.
6. **COMITÊS TEMÁTICOS** – Os Comitês Temáticos realizaram várias reuniões e eventos, que serão apresentados em separado.
7. **SECCIONAIS** – As Seccionais desenvolveram normalmente suas atividades, que serão registradas em documento separado. Além das reuniões e eventos realizadas pelas Seccionais, o CESA participou o **I Encontro Paraibano de Sociedades de Advogados** e do **I Encontro Capixaba das Sociedades de Advogados**, primeiros passos para a instalação de uma Seccional na Paraíba e no Espírito Santo.
8. **DIRETORIA FINANCEIRA ADMINISTRATIVA | SECRETARIA EXECUTIVA** - O CESA manteve uma situação financeira saudável durante todo o ano de 2009, com redução no índice de inadimplência. A secretaria executiva desempenhou normalmente suas funções, durante o ano, dando o suporte necessário às associadas, diretoria, seccionais e comitês. Foi mantida a divisão da sede com o SINSA – Sindicato das Sociedades de Advogados dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, entidade com o qual sempre manteve ótimo relacionamento.
9. **Central CESA de Serviços** – Em continuidade ao trabalho de implementação dessa ferramenta de auxílio às associadas que coloca à disposição uma série de prestadores de serviços com experiência comprovada na área e no atendimento a Sociedades de Advogados, o CESA fez novas parcerias ampliando as atividades atendidas. As novas áreas são: auditoria legal e gestão.

- 10. CONCURSO NACIONAL DE MONOGRAFIA DO CESA:** O III Concurso teve como tema **“O Advogado e o Quinto Constitucional”** e foi organizado pelo Comitê de Ensino Jurídico e Relações com Faculdades. A premiação ocorreu na reunião de associadas do mês de agosto. Os prêmios foram oferecidos pelo SINSA e pelo CESA. Ainda em 2009, o Comitê lançou o **IV Concurso Nacional de Monografia** com o tema **"Ensino Jurídico no Brasil: críticas e sugestões"**.
- 11. ASSOCIADAS** - Encerramos o ano contabilizando 858 associadas, sendo: São Paulo: 369; Rio de Janeiro: 96; Minas Gerais: 65; Amazonas: 06; Bahia: 33; Distrito Federal: 61; Ceará: 13; Espírito Santo: 09; Paraná: 40; Santa Catarina: 21; Rio Grande do Norte: 08; Rio Grande do Sul: 33; Acre: 01; Amapá: 01; Mato Grosso: 05; Mato Grosso do Sul: 04; Goiás: 08; Maranhão: 06; Pará: 12; Paraíba: 08; Pernambuco: 33; Piauí: 04; Rondônia: 01; Sergipe: 03; Tocantins: 01; Alagoas: 02; Filiais de associadas no Exterior: 15.
- 12. RELACIONAMENTO COM ENTIDADES DE CLASSE** – O CESA manteve sua representação nas diversas Associações e Institutos, Nacionais e Internacionais, através da participação de vários de seus integrantes.
- 13.** Por fim, para encerrar mais um ano de muita atividade, foi realizado o tradicional Coquetel, no Jockey Club de São Paulo, registrando a presença de cerca de 1.000 convidados, entre associados, autoridades, colaboradores e representantes das principais entidades da comunidade jurídica. Na ocasião, o CESA e o Instituto Pro Bono assinaram um Termo de Parceria, visando estimular a prática da advocacia pro bono entre as sociedades de advogados associadas ao CESA.

São Paulo, 29 de março de 2010.

A Diretoria

***RELATÓRIO DAS
SECCIONAIS***

SECCIONAL BAHIA

Vice-Presidente: Carlos Frederico Guerra Andrade
Guimarães e Meireles Advogados Associados S/C

No ano de 2009, a Seccional do CESA no Estado da Bahia promoveu a realização de reuniões mensais, sempre na terça-feira seguinte à reunião do CESA Nacional, com a participação regular das associadas, onde foram discutidos problemas locais das sociedades de advogados, bem como propostas soluções para os mesmos.

Nas reuniões foram discutidos os temas debatidos no âmbito do Cesa Nacional no tocante às sociedades de advogados.

Houve o estreitamento de relações institucionais do Cesa com a OAB/BA, em especial com a Comissão das Sociedades de Advogados da referida entidade.

Foram realizadas duas palestras em parceria com a OAB/BA, onde houve o apoio institucional do Cesa/BA, destacando-se a palestra proferida pelo Dr. Alfredo de Assis Gonçalves Neto, no dia 10/08/2009, com o tema “Mudanças de Paradigma na Advocacia/Regulamentação das Sociedades de Advogados”.

O Cesa/BA apoio o embate dos advogados trabalhistas locais, em decorrência da redução do horário de atendimento (expediente externo).

Houve um esforço da Diretoria na ampliação do número de associadas, obtendo-se um aumento em 2009 de mais de 20%.

A redução de mais de 50% da inadimplência, também foi um ponto de destaque nas atividades da Diretoria em 2009.

Estão em desenvolvimento, ainda, alguns projetos de relevância para o Estado, entre eles o “Guia Legal para o Investidor Estrangeiro no Estado da Bahia”.

O Cesa/BA conseguiu, por fim, o apoio financeiro do Cesa Nacional para fins de patrocínio da 2ª Edição do “Catálogo das Sociedades de Advogados da Bahia”, uma obra de grande penetração junto a comunidade jurídica local.

Em 04/12/2009 foi realizada a festa de final de ano, no restaurante “Fogo de Chão”, contando com número significativo de associadas.

SECCIONAL BRASÍLIA

Vice-Presidente: Cristiane Romano

Machado, Meyer, Sэндacz e Ópice Advogados

A Seccional CESA de Brasília, realizou as seguintes atividades no ano de 2009:

1. COFINS das Sociedades uniprofissionais.

Acompanhamento do julgamento dos Recursos Extraordinários nº 377.457 e 381.964, perante o Supremo Tribunal Federal, bem como dos Embargos de Declaração opostos em ambos os Recursos.

2. COFINS das Sociedades uniprofissionais.

Apresentação de sugestões, em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil ao projeto de conversão em lei, de autoria do Deputado Bruno Araújo, relativo à Medida Provisória nº 449, para melhor representar a questão do parcelamento dos débitos relativos à cobrança de COFINS das sociedades uniprofissionais.

3. COFINS das Sociedades uniprofissionais

apresentação em nome do CESA de manifestação na proposta de súmula vinculante nº 27 em curso no STF.

4. Assinatura do convênio OAB/CESA.

5. Evento na OAB Federal sobre processo eletrônico com palestra do Ministro Noronha.

6. Evento na OAB sobre processo Digital com apresentação do Dr. Luciano Fuck Secretário Geral da Presidência do STF.

7. Apresentação de sugestões de alteração ao Projeto de Lei nº 5139/09 que trata da Ação Civil Pública ao Presidente da Câmara e aos Deputados da CCJ.

8. Reuniões na Secretaria da Receita Federal e na Procuradoria da Fazenda acerca do Projeto que trata da Desconsideração da Personalidade Jurídica – PL nº 2426/2003.

9. Participação na OAB Federal da manifestação contra a PEC do precatório.

10. Reuniões mensais com a Diretoria.

SECCIONAL MINAS GERAIS

Vice-Presidente: Ezequiel de Melo Campos Netto

Melo Campos Advogados Associados S/C

(i) Em 14 de abril de 2009 foi realizada a primeira reunião de Diretoria do ano, logo após a transição da vice-presidência, visando o planejamento das atividades e o debate acerca da indicação de dois novos Diretores, substituindo os Drs. Gustavo Graça Mercadante e Stanley Martins Frasão, que assumiram posições na Diretoria e no Conselho Diretor do CESA, respectivamente;

(ii) Em 19 de maio de 2009 foi realizada reunião com representantes da FUNDAÇÃO DOM CABRAL - escola de negócios internacionalmente reconhecida, para a discussão de um possível convênio com o CESA, com vista a oferecer aos associados condições diferenciadas para a contratação dos cursos promovidos por tal Instituição, além da possibilidade de desenvolvimento de um programa específico de gestão para as sociedades de advogados. Além da Diretoria regional, participaram da reunião os Drs. JOSÉ LUIS DE SALLES FREIRE, CARLOS ROBERTO FORNES MATEUCCI e ORLANDO DI GIACOMO FILHO;

(iii) No mesmo dia 19 de maio de 2009 realizamos a primeira reunião-almoço do CESA-MG, tendo sido proferida palestra pelo Dr. JOSÉ LUIS DE SALLES FREIRE, Presidente do CESA, sobre o “panorama do mercado a ser enfrentado pelas sociedades de advogados e as estratégias para superação do atual momento econômico”. O evento contou com a participação de mais de cinquenta representantes de sociedades associadas ao CESA-MG, audiência essa composta em sua maioria pelos principais sócios;

(iv) Em 17 de junho de 2009 foi realizada reunião de diretoria com vista a discutir o próximo evento do CESA-MG e validar a realização do 2º Torneio de Futebol Society;

(v) Em 03 de julho de 2009 foi realizada a segunda reunião-almoço do CESA-MG, tendo sido apresentada a palestra “Planejamento Estratégico em Escritórios de Advogados: Oportunidades e Desafios”. O expositor foi o Sr. Leandro Fraga Guimarães, sócio-fundador da Noûs Consulting. O evento contou com a participação de mais de cinquenta representantes de sociedades associadas ao CESA-MG, audiência essa composta em sua maioria pelos principais sócios;

(vi) Em 24 de agosto de 2009 foi realizada reunião de diretoria com vista a discutir o próximo evento do CESA-MG;

(vii) Entre os dias 03 de outubro e 05 de dezembro de 2009 realizou-se o 2º Torneio de Futebol Society do CESA-MG. Ampliando o sucesso da primeira edição, tomaram parte 16 sociedades (duas delas novas associadas que se interessaram pelo evento), formando 14 equipes (foram inscritos dois consórcios), com participação direta de mais de 200 integrantes daquelas sociedades. Os jogos aconteceram nos finais de semana no melhor complexo esportivo destinado à prática da modalidade no Estado de Minas Gerais (Centro de Futebol do Zico), tendo contado com o patrocínio da More Solutions Corretora de Seguros e Consultoria;

(viii) Em 23 de outubro de 2009 realizou-se nova reunião-almoço do CESA-MG, com palestra do Sr. Luiz Carlos Ferreira de Carvalho, professor da Fundação Dom Cabral, que fez uma apresentação sobre "A Estratégia Como Prática Cotidiana". O evento contou com a participação das Dras. CLEMENCIA BEATRIZ WOLTERS e MOIRA V. HUGGARD-CAINE, além de audiência composta por quase sessenta representantes de sociedades associadas ao CESA-MG, na sua maioria os principais sócios;

(ix) No mesmo dia 23 de outubro foi realizada nova reunião com a FUNDAÇÃO DOM CABRAL, dessa vez em seu Campus principal, localizado em Nova Lima-MG, com a participação das Dras. CLEMENCIA BEATRIZ WOLTERS e MOIRA V. HUGGARD-CAINE, com vista à discussão da primeira minuta do programa que vem sendo desenvolvido por aquela Instituição com foco em gestão para sociedades de advogados;

(x) Em 05 de dezembro de 2009, data em que ocorreu a final do 2º Torneio de Futebol Society do CESA-MG, foi realizada festa de conagração para os atletas e demais integrantes dos escritórios que participaram do aludido torneio, contando com a presença de mais de 250 participantes e patrocínio do UNIBANCO SEGUROS;

(xi) Encerrando as atividades de 2009, foi realizado, em 14 de dezembro, o Coquetel de encerramento das atividades do ano, com a participação de mais de quarenta representantes de sociedades associadas ao CESA-MG. Essas são as atividades desenvolvidas pela seccional mineira do CESA em 2009.

Vale aqui um agradecimento especial aos Drs. JOSÉ LUIS DE SALLES FREIRE, CARLOS ROBERTO FORNES MATEUCCI, ORLANDO DI GIACOMO FILHO e às Dras. CLEMENCIA BEATRIZ WOLTERS e MOIRA V. HUGGARD-CAINE, que não hesitaram em aceitar os convites formulados pela Seccional de Minas para que participassem de dois de seus eventos, valorizando-os muitíssimo.

Da mesma forma, agradeço penhoradamente os membros da Diretoria Seccional, Dr. AUGUSTO TOLENTINO PACHECO DE MEDEIROS, Dra. LUCILA DE OLIVEIRA CARVALHO, Dr. JOÃO HENRIQUE CAFÉ NOVAES e Dr. LEONARDO CANABRAVA TURRA, além dos Drs. GUSTAVO GRAÇA MERCADANTE e STANLEY MARTINS FRASÃO - que continuaram atuando de maneira absolutamente direta - , por toda a disponibilidade e empenho.

SECCIONAL NORTE

Vice-Presidente: **Jorge Alex Nunes Athias**
Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães,
Pinheiro & Scaff Advogados

Foram realizadas reuniões mensais com as associadas, discutindo além dos problemas que envolvem sociedades de advogados locais, aqueles relacionados às pautas normais de reunião do CESA;

O principal evento organizado pelo CESA Norte em conjunto com a Universidade Federal do Pará foi um Seminário de Direito e desenvolvimento sustentável: Mineração e Recursos Hídricos, realizado ao longo de três dias, 17 a 19 de novembro, de caráter multidisciplinar, envolvendo economistas, advogados privados, membros da Secretaria de Meio Ambiente, Advocacia Geral da União, Membros do Ministério Público Estadual e Federal e uma representante do Ministério de Minas e Energia. A programação que foi realizada encontra-se abaixo;

Foi igualmente realizada o coquetel de confraternização de final de ano, com a presença dos associados além de membros da Magistratura, do Ministério Público e dirigentes locais e conselheiros federais da OAB;

Além disso o CESA indicou diversos membros para a Comissão de Sociedades de Advogados da OAB -Pa, inclusive a Presidência da Comissão que agora é exercida pelo associado do CESA Dr. Ricardo Soriano de Mello, além de atuar em várias outras comissões.

O principal objetivo para o ano de 2010, além da elaboração de um Guia de Investimentos na Amazônia abordando especialmente aspectos fiscais e ambientais diferenciados, é o de duplicar o número de associados.

SECCIONAL PARANÁ

Vice-Presidente: Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Assis Gonçalves, Kloss Neto e Advogados Associados

1. Introdução

O CESA - Seção do Estado do Paraná manteve o espírito da antiga Vice-Presidência, no que diz respeito à informalidade nos encontros mensais dos representantes das associadas, incentivando a ampla troca de experiências relativamente aos assuntos da pauta, sugeridos, via de regra, pelos próprios associados.

2. Locais e datas das reuniões

As reuniões foram realizadas na sede da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Estado do Paraná, na última 4ª feira de cada mês. Essa entidade gentilmente disponibiliza o chamado “*espaço cultural*” para as reuniões do CESA-PR - ambiente que, pela própria natureza, inspira a informalidade das reuniões.

3. Novos associados

A Seccional do Estado do Paraná, mantendo o espírito de selecionar novos escritórios para integrar o quadro associativo do CESA-PR, recebeu a adesão de quatro novas associadas:

1. Rolim Godoi Viotti & Leite Campos Advogados;
2. Wypych, Erzinger, Broetto & Advogados Associados;
3. Becker, Pizzatto & Advogados Associados;
4. Araúz & Advogados Associados

4. Desligamentos

Deixaram de figurar na relação das associadas divulgada no Diretório 2010 as seguintes sociedades de advogados:

1. Gama de Oliveira & Advogados Associados
2. Rodrigues Pereira Sociedade de Advogados

5. Atividades Ordinárias

As reuniões ordinárias do CESA-PR contaram com expressiva presença de sociedades associadas. Realizaram-se às últimas 4^o feiras de cada mês, na sede da OAB-PR. No amistoso espírito de informalidade procurou-se trazer à balha recentes questões de interesse das sociedades de advogados, dentre elas as seguintes:

(i) o julgamento, pelo TRF4, do mandado de segurança impetrado pela OAB-PR contra a exigência de pagamento de contribuição previdenciária sobre os lucros auferidos pelos sócios das sociedades de advogados, confirmatório da sentença que o acolheu;

(ii) a exigência de alguns municípios do interior do Paraná do recolhimento do ISS de sociedades de advogados sobre o movimento bruto e a possibilidade de ser levantada pelo Município de Curitiba (como já vem ocorrendo com outras sociedades prestadoras de serviços de profissões regulamentadas) nova discussão acerca da distinção entre sociedades de advogados (a) pequenas e (b) com estrutura de empresa para, em relação às primeiras, manter o critério de tributação fixa por profissional e, relativamente às últimas, fazer incidir o tributo sobre o faturamento;

(iii) a alteração da redação do art. 7^o, § 1^o, do Provimento 112/2006 pelo Provimento n. 126/2008, que determinou a inscrição suplementar de todos os sócios no Conselho Seccional onde for aberta filial;

(iv) comunicações diversas, como a da criação da Central CESA de Serviços; das atuações do Instituto Pró-Bono e do Comitê de Advocacia Comunitária do CESA em São Paulo; e da realização da “III Jornada Jurídica Econômica Barcelona 2009”; do “IV Concurso Nacional de Monografia” promovido pelo CESA; e a realização da “Rodada Regional da América Latina do Elsa WTO Court 2009/20010”;

(v) exposição explicativa acerca da **OAB/PREV** para as sociedades de advogados, realizada pelo Dr. Maurício Guimarães, Presidente da **OAB/PREV-PR**;

(vi) debate acerca do **PEC dos Precatórios**, que endossou posicionamento contrário das associadas à sua conversão em Emenda Constitucional, rejeitando-se participação na marcha convocada para ser realizada em Brasília;

(vii) exposição explicativa da Dra. Adriana D'Ávila acerca da experiência com a **advocacia "pro bono"**, pela sociedade de advogados que representa, bem como o encaminhamento de expediente à OAB/PR pleiteando, à semelhança do que já ocorreu na Seccional de São Paulo, a análise da matéria e, se possível, a fixação de critérios a serem observados para o atendimento "*pro bono*" por advogados e sociedades de advogados;

(viii) discussão sobre os problemas práticos envolvendo os "**sócios de serviço**", concluindo-se pela urgente necessidade de serem estabelecidas regras claras sobre o respectivo tratamento tributário e previdenciário, com o levantamento de sugestões sobre o respectivo ajuste no contrato social, ressaltando-se a conveniência de melhorar seu regramento societário de forma mais minuciosa;

(ix) exposição sobre a contratação dos **seguros de responsabilidade civil** e entrega de material fornecido por Coelho dos Santos - Consultoria em Seguros;

(x) exposição explicativa acerca de **Planos de Saúde** para as Sociedades de Advogado e pessoal a elas vinculado, realizada pela Dra. Eliana Peretti.

(xi) comparecimento do Vice-Presidente às reuniões mensais da Diretoria do CEAS-SP e participação de algumas de suas associadas nas reuniões dos Comitês Temáticos.

6. Atividades Extraordinárias

Para comemorar o encerramento das atividades do ano de 2009, o CESA-PR promoveu um encontro de conagração, com presença significativa de associadas, demonstrando o interesse no convívio saudável entre os escritórios do Paraná e a homenagem aos objetivos sociais do CESA, marcando presença, também, com diversas associadas no Coquetel de Congraçamento realizado no dia 8 de dezembro no Jockey Club de São Paulo.

O CESA-PR encaminhou vários expedientes, dentre eles o que resultou no ajuste da cessão de espaço físico na sede da OAB-PR para suas reuniões e os relativos a proposições de interesse dos advogados que nessas reuniões foram debatidas e aprovadas.

SECCIONAL PERNAMBUCO

Vice-Presidente: João Humberto de Farias Martorelli
Martorelli e Gouveia Advogados

1) A gestão do Vice-Presidente do CESA/PE, Dr. João Humberto de Farias Martorelli, teve início em abril de 2009;

2) A primeira reunião plenária ocorreu em 11/05/2009 com a apresentação da nova Diretoria, notícias do CESA Nacional, planejamento para o ano e definição de dia, hora e local para as próximas reuniões;

3) As demais reuniões plenárias ocorreram nas seguintes datas:

- **08/06/2009** - Resumo: visita de representante da OAB/PE, Dr. Gustavo Ventura, colocando a preocupação do Órgão com a tabela de honorários; na ocasião, o Vice-Presidente do CESA/PE solicita prorrogação do prazo de entrega da nova tabela para que o CESA/PE consolide suas sugestões e possa dar a sua contribuição e também foram discutidos outros assuntos de interesse das Sociedades;

- **24/08/2009** - Resumo: embora não tenha ocorrido a reunião plenária, foi registrada a visita do Secretário de Assuntos Jurídicos do Município do Recife, o Dr. Ricardo Soriano, quando se fechou o acordo de patrocínio para a elaboração do novo Guia Legal do Recife;

- **21/09/2009** - Resumo: produção do Guia Legal do Recife e discussão sobre nova tabela de honorários para a OAB/PE com sugestões do CESA/PE para Advocacia de Volume;

- **16/11/2009** - Resumo: organização da logística para elaboração do Guia do Investidor do Recife, contribuição do CESA/PE para a OAB/PE com tabela de honorários apresentando sugestão para Advocacia de Volume;

- **14/12/02009** - Confraternização na Blunelle Recepções (Espinheiro);

4) O Vice-Presidente do CESA/PE, Dr. João Humberto de Farias Martorelli, compareceu a quase todas as reuniões do CESA/Nacional e, quando impossibilitado, foi sempre representado pelo Dr. Oswaldo Naves, que também compõe a Diretoria da Seccional Pernambuco.

SECCIONAL RIO DE JANEIRO

Vice-Presidente: José Antonio Fichtner
Andrade & Fichtner Advogados

I) Atividades desenvolvidas em 2009:

REUNIÕES DE DIRETORIA:

Reunião de 20.05.2009:

Presenças => 15 sociedades de advogados representadas;

Pauta => (i) Apresentação da Diretoria Nacional, apresentação da Diretoria da Seccional e apresentação dos Coordenadores dos Subcomitês; (ii) Criação dos Subcomitês de Ensino Jurídico e Acompanhamento Legislativo; (iii) Debate sobre o estágio nos escritórios de advocacia; (iv) Debate sobre as relações institucionais entre CESA/RJ e OAB/RJ; e (v) Perspectivas para o próximo triênio.

Reunião de 14.08.2009:

Presenças => 11 sociedades de advogados representadas, bem como 2 representantes da Universidade Católica Portuguesa;

Pauta => (i) Recepção dos representantes da Universidade Católica Portuguesa (Dr. Miguel Poiares Maduro e Dr. Luis Barreto Xavier); (ii) Debate sobre a PEC 12/2006 (PEC dos precatórios); (iii) Debate sobre o julgamento da ADIN nº 1.194 pelo STF (inconstitucionalidade de dispositivos do EOAB); e (iv) Reafirmação da posição de neutralidade do CESA nas eleições da OAB.

Reunião de 27.11.2009:

Presenças => 17 sociedades de advogados representadas;

Pauta => Exposição do tema "Tributação sobre as sociedades de advogados e sobre os sócios" pelo advogado Gustavo Brigagão e debate entre os presentes a esse respeito.

REUNÕES DOS SUBCOMITÊS:

Reunião de 07.05.2009 do Subcomitê de Novos Advogados:

Presenças => 12 sociedades de advogados representadas;

Pauta => Exposição do tema "A defesa do executado contra sentença fundada em lei declarada inconstitucional (arts. 475-L, §1º, e 741, p.ú.,

CPC)” pelo professor e advogado Leonardo Greco e debate entre os presentes a esse respeito.

Reunião de 04.06.2009 do Subcomitê de Novos Advogados:

Presenças => 8 sociedades de advogados representadas, bem como a presença do Grupo de Pesquisa de Arbitragem da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro;

Pauta => Exposição do tema “A cláusula compromissória estatutária (art. 109, §3º, da Lei das Sociedades por Ações)” pelo advogado Carlos Augusto da Silveira Lobo e debate entre os presentes a esse respeito.

II) Planos para 2010:

Realização de 6 reuniões de Diretoria;

Incentivo à realização de 2 reuniões por cada Subcomitê;

Realização de evento com o Dr. Arthur Badin em parceria CESA/RJ e FGV;

Realização de um evento para entrar no calendário anual da cidade reunindo todas as associadas com sede ou filial no Estado do Rio de Janeiro;

Apoio do CESA/RJ à realização do ICCA Congress Rio 2010;

Apoio do CESA/RJ à realização do IBA Conference Rio 2010.

SECCIONAL RIO GRANDE DO SUL

Vice-Presidente: Eduardo Mariotti
TozziniFreire Advogados

Ao longo do ano de 2009, as atividades da Seccional RS foram, em síntese, as seguintes:

- 1) participação do Vice-Presidente nas reuniões mensais em SP;
- 2) reuniões periódicas da Diretoria da Seccional RS;
- 3) repasse aos Associados locais das principais notícias e atividades do CESA;
- 4) atendimento a consultas de Associados locais sobre assuntos de interesse;
- 5) atendimento de sociedades locais interessadas em conhecer o trabalho do CESA;
- 6) divulgação regional dos eventos e atividades promovidos ou patrocinados pelo CESA;
- 7) participação do Vice-Presidente, representando o CESA, na abertura da edição regional da FENALAW;
- 8) participação do Vice-Presidente, em Painel durante a edição regional da FENALAW.

SECCIONAL SANTA CATARINA

Vice-Presidente: Rogério Reis Olsen da Veiga

Olsen da Veiga - Advogados Associados S/C

- Foram feitas reuniões periódicas das associadas locais, utilizando-se o modelo de reuniões itinerantes, realizadas nos escritórios das associadas em diversas cidades do Estado de Santa Catarina: Florianópolis, Joinville e Criciúma;
- Seguindo a nova sistemática sugerida, nas reuniões houve uma concentração de discussão a respeito de temas próprios das associadas locais, tais como: contrato de associação, sócio por quotas de serviço, tributação das sociedades de modo geral e organização de escritórios;
- Foi realizada uma pesquisa (via internet) com as associadas locais, visando discutir a melhor forma dos encontros locais e os assuntos de interesse;
- Foram realizadas reuniões e encontros com dirigentes da OAB/SC, visando aproximar os interesses das entidades e disciplinar a atuação conjunta;
- Participamos da campanha do CESA para auxiliar as vítimas da enchente em Santa Catarina;
- Elaboramos comunicações com as diversas instituições de ensino do Estado de Santa Catarina, visando divulgar o concurso de monografia do CESA;

RELATÓRIO DOS
COMITÊS TEMÁTICOS

COMITÊ ADVOCACIA COMUNITÁRIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Coordenadores: **Flávia Regina de Souza Oliveira**
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Regina do Valle
TozziniFreire Advogados

Eduardo Pannunzio
Rubens Naves, Santos Jr., Hesketh Escritórios Assoc. de Adv.

Em 2009, o Comitê passou a contar com novos integrantes e se reuniu em seis oportunidades:

- 29/06 - Renaissance Hotel;
- 27/07 - Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga;
- 24/08 - Tozzini, Freire;
- 21/09 - Trench, Rossi e Watanabe;
- 19/10 - Koury Lopes;
- 26/11 - Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga.

Entre as iniciativas desenvolvidas pelo Comitê ao longo do ano, vale destacar as seguintes:

- Negociação e assinatura de termo de parceria com o Instituto Pro Bono, visando promover e qualificar o exercício da advocacia pro bono e, com a mediação do Instituto, facilitar o acesso de entidades sem fins lucrativos que necessitem de assistência jurídica às sociedades de advogados que integram o Cesa;
- Apresentação e discussão da versão preliminar da ISO 26000 --norma técnica sobre responsabilidade social que entrará em vigor em 2010--, em duas reuniões do Comitê, uma das quais contou com uma exposição do representante do Instituto Ethos, Gustavo Ferroni;
- Abordagem do tema da advocacia pro bono na reunião de associadas de 3/3, com exposições do prof. Miguel Reale Jr., sobre a Advocacia Pro Bono e o Combate à Violência contra a Mulher; e do Dr. Técio Lins e Silva, representando o Conselho Nacional de Justiça, sobre a Resolução nº 62/2009, que disciplina, no âmbito do Poder Judiciário, os procedimentos relativos ao cadastramento e à estruturação de serviços de assistência jurídica voluntária;

- Participação de representante do Comitê no debate "A responsabilidade civil e penal do advogado no exercício da profissão", promovido pelo Cesa em 28/9, com exposição sobre "Riscos aos dirigentes de entidades do terceiro setor";
- Organização de palestra do prof. Oscar Vilhena Vieira sobre a advocacia solidária e a atuação do Instituto Pro Bono, em reunião de associadas do dia 26/10.

Para o ano de 2010, estão planejadas atividades em duas principais frentes de atuação:

1. Termo de parceria com Instituto Pro Bono. Implementação do termo de parceria, inclusive com (a) realização de nova pesquisa junto às sociedades de advogados; (b) revisão e atualização da Cartilha Pro Bono do Cesa; e (c) monitoramento e aperfeiçoamento da regulamentação da advocacia pro bono.
2. Responsabilidade social das sociedades de advogados. Aprofundamento das discussões em torno do tema, com vistas a (a) elaboração do Guia do Advogado Sustentável e (b) promoção de encontros com empresários e lideranças da sociedade civil para avaliar sua percepção sobre a importância da responsabilidade social nas sociedades de advogados.

COMITÊ DE ARBITRAGEM

Coordenadores: Giovanni Ettore Nanni
TozziniFreire Advogados

Gilberto Giusti
Pinheiro Neto Advogados

Antonio Henrique Monteiro
Mattos Muriel Kestener Advogados

1. - Devida a nova estruturação dos comitês temáticos do CESA, apenas a reunião inaugural das atividades do Comitê do dia 27.4.2009 foi realizada conjuntamente pelos Sub-Comitês do Comitê de Resolução de Disputas, oportunidade em que os coordenadores dos Sub-Comitês puderam explicar a nova estrutura e planejar as atividades conjuntas e específicas que cada sub-comitê desenvolveria.

Reunião do Sub-Comitê de Arbitragem do dia 9.6.2009

2. - Nessa reunião, os membros do Sub-Comitê de Arbitragem discutiram as relações dos árbitros com os advogados das partes. A discussão foi coordenada pelo colega Eduardo Damião Gonçalves que pôde dividir com os membros do Sub-Comitê suas experiências práticas tanto na sua atuação como advogado quanto árbitro.

3. - Foi possível aprofundar bem o tema e apontar as diferenças dessas relações advogados-árbitros em países de Civil e Common Law. As maiores discrepâncias de comportamentos surgem quando o Tribunal Arbitral é formado por árbitros dessas diferentes culturas, e muitas vezes os advogados atuantes não sabem como lidar com árbitros de uma cultura diferente da sua.

4. - Foi possível, ainda, abordar temas correlatos como a importância do dever de revelação e do voto dissidente, em arbitragens com Tribunal Arbitral formado só por brasileiros ou só por estrangeiros.

Reunião do Sub-Comitê de Arbitragem do dia 26.10.2009

5. - Na reunião ocorrida nessa data, o Sub-Comitê contou com a participação da colega Adriana Braghetta que teceu considerações importantes sobre o leading case “Caso Sigvard Jarvis”. O caso ficou conhecido mundialmente uma vez que se discutiu, tanto durante o procedimento de arbitragem havido quanto posteriormente no judiciário francês, quais seriam os limites do dever de revelação dos árbitros e a responsabilidade dos árbitros pela não revelação de fatos que pudessem de alguma forma quebrar a confiança que deve existir entre as partes e os membros do Tribunal Arbitral.

7. - Além disso, o Sub-Comitê atuou na redação de opiniões a respeito de propostas legislativas e outras questões de interesse da área.

COMITÊ DE CONCORRÊNCIA E RELAÇÕES DE CONSUMO

Coordenadores: **Flávio Lemos Belliboni**
Pinheiro Neto Advogados
Bruno Drago
Demarest e Almeida Advogados
Adriana F. Giannini
Trench, Rossi e Watanabe Advogados

- Reunião do dia 25 de junho de 2009

Local: Pinheiro Neto Advogados

Os temas abordados nesta reunião foram:

Contribuições de temas de interesse geral para as reuniões do Comitê Empresarial ;

Discussões sobre o andamento do Projeto de Lei (Reforma da Lei de Defesa da Concorrência) e Novo Formulário ;

Discussão sobre disponibilização de documentos confidenciais no site do CADE e providências a serem tomadas; e Atualização da lista dos membros do Comitê .

- Reunião do dia 16 de julho de 2009

Local: Demarest e Almeida Advogados

Os temas abordados nesta reunião foram:

Discussão sobre a determinação da Presidência do CADE para publicação de processos confidenciais arquivados há mais de 5 anos , em conformidade com o Artigo 172 do RI-CADE, e formação de grupo para estudar o tema .

Discussão sobre minuta de Carta a ser enviada ao CADE referente à publicação de documentos confidenciais no seu site.

Discussão sobre Projeto de Lei (Reforma da Lei de Defesa da Concorrência) e Novo Formulário.

- Reunião do dia 27 de agosto de 2009

Local: Barbosa Müssnich e Aragão Advogados

Os temas abordados nesta reunião foram:

Discussão sobre a determinação da Presidência do CADE para publicação de processos confidenciais arquivados há mais de 5 anos , em conformidade com o Artigo 172 do RI-CADE.

Discussão sobre a minuta da Carta a ser enviada ao CADE referente à publicação de documentos confidenciais no seu site.

Discussão sobre o Projeto de Lei (Reforma da Lei de Defesa da Concorrência) e Novo Formulário.

Discussão da Consulta Pública da nova Portaria 4 da SDE e formação de grupo para preparar estudo.

- Reunião do dia 17 de setembro de 2009

Local: Mattos, Muriel, Kestener Advogados

Os temas abordados nesta reunião foram:

Discussão acerca dos comentários institucionais do Comitê de Concorrência e Relações de Consumo do CESA à minuta de portaria que regulamenta as diversas espécies de processos administrativos previstos na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, para apuração, prevenção e repressão de infrações contra a ordem econômica, no âmbito da Secretaria de Direito Econômico, e revoga a Portaria MJ nº 4, de 5 de janeiro de 2006.

Discussão sobre o estudo do Artigo 172 do Regimento Interno do CADE e respectiva Nota Técnica da PROCAD E Despacho da Presidência do CADE sobre o tema.

Discussão sobre minuta de Carta a ser enviada ao CADE referente à publicação de documentos confidenciais no seu site.

Atualização sobre o andamento do Projeto de Lei (Reforma de Lei de Defesa da Concorrência).

- Reunião do dia 22 de outubro de 2009

Local: Tozzini Freire

Os temas abordados nesta reunião foram:

Discussão sobre o estudo do Artigo 172 do Regimento Interno do CADE e respectiva Nota Técnica da PROCAD E Despacho da Presidência do CADE sobre o tema - decisão de suspender estudos e aguardar.

Discussão sobre comentários entregues pelo Comitê de Concorrência e Relações de Consumo do CESA na Consulta Pública da nova Portaria 4 da SDE e expectativas.

Discussão sobre carta enviada, pelo Comitê de Concorrência e Relações de Consumo do CESA, ao Presidente do CADE acerca dos processos confidenciais disponibilizados no site do CADE.

Discussão sobre acordos firmados pelas autoridades de defesa da concorrência com autoridades de outras jurisdições - formação e grupo de estudo somente em 2010.

Discussão sobre critérios de notificação de operações envolvendo fundos de investimentos - decisão de formação de grupo de estudos.

Atualização sobre o andamento do Projeto de Lei (Reforma de Lei de Defesa da Concorrência).

Reunião do dia 26 de novembro de 2009

Local : MMK

Os temas abordados nesta reunião foram:

Discussão sobre acordos firmados pelas autoridades de defesa da concorrência com autoridades de outras jurisdições - formação e grupo de estudo somente em 2010.

Discussão sobre os próximos passos a serem adotados pelo grupo de estudos para analisar critérios de notificação de operações envolvendo fundos de investimentos

Atualização sobre o andamento do Projeto de Lei (Reforma de Lei de Defesa da Concorrência).

Discussão sobre agenda de reuniões para 2010

COMITÊ DE ENSINO JURÍDICO E RELAÇÕES COM FACULDADES

Coordenadores: **Primeiro semestre de 2009*

Orlando Di Giacomo Filho

Demarest e Almeida Advogados

Salvador Ceglia Neto

Ceglia Neto Advogados

**Segundo semestre de 2009*

Décio Policastro

Araújo e Policastro Advogados

Juliana Abrusio

Opice Blum Advogados Associados

Durante o ano de 2009 foram realizados, ao total, quatro encontros do Comitê de Ensino Jurídico e Relações com Faculdades do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados, nas dependências dos escritórios de alguns de seus membros, para discussão e andamento dos projetos, conforme abaixo relatado.

1. Novos integrantes

Em 2009, o Comitê votou e aprovou a admissão de novos membros no Comitê de Ensino Jurídico do CESA, são eles: Cássio Namur, Danielle Anne Pamplona, Décio Policastro, Newton Marzagão, Paulo Egídio Seabra Succar, Paulo Vestim Grande, Renato Muller da Silva Opice Blum.

Em meados de Julho, a convite do Dr. Orlando Di Giacomo, o Dr. Décio Policastro se tornou coordenador do Comitê, juntamente com a Dra. Juliana Abrusio, em sucessão à coordenação antes exercida pelo Dr. Orlando Di Giacomo e pelo Dr. Salvador Ceglia Neto.

2. Convênios: Instituto de Estudos Europeus de Valladolid e Universidade Rey Juan Carlos

Em 24 de Agosto, o Comitê de Ensino Jurídico se reuniu com os seguintes representantes de entidades espanholas: i. Professor José Manuel Azcona Pastor - Diretor do Serviço de Atividades Culturais, Vice-reitorado de Extensão Universitária da Universidade Rey Juan Carlos (que inclui a

Faculdade de Direito), em Madri; ii. Professor Ricardo Martin de la Guardia e Professor Guillermo A. Perez - Professores Catedráticos vinculados ao Instituto de Estudos Europeus da Universidade de Valladolid (que contempla a Faculdade de Direito); iii. Professora Maria Dolores Azpiazu Canivell - Presidente da ONG "El Sitio", voltada a estudos sociológicos, localizada em Bilbao.

A reunião foi prestigiada com a presença da assistente da Assessora de Relações Internacionais da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Dra. Heyd F. Más, representando a Professora Cláudia Forte, responsável pelo Departamento.

Nessa data, teve início as primeiras conversas para celebração de convênio entre o CESA e as entidades de ensino estrangeiras. A aprovação formal da Diretoria do CESA ocorreu em 28 de Setembro, com a conseqüente assinatura do instrumento de intenções que foi encaminhado às respectivas Faculdades espanholas. O convênio encontra-se em fase final de formalização.

3. Concurso de Monografia

Em 31 de Agosto, durante a realização da Reunião de Associadas do CESA, o Comitê de Ensino Jurídico premiou, por intermédio de patrocínio do SINSA - Sindicato das Sociedades de Advogados dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e do CESA, os vencedores do III Concurso Nacional de Monografia do CESA, com o tema "Os advogados e o 5º Constitucional", e cujos vencedores e respectivos prêmios foram: 1º lugar: Cleyde Silva Porto - Faculdade Taboão da Serra - SP (Notebook); 2º lugar: Jeferson Andre Samuelsson - Centro Universitário Luterano de Santarém - PA (Smartphone Palm Treo); 3º lugar: Júlio César Amorim de Souza - Universidade Católica de Pernambuco - PE (Handheld Palm Top).

O tema para o IV Concurso Nacional de Monografia do CESA (2010), eleito pelos membros do Comitê de Ensino Jurídico é "Ensino Jurídico no Brasil: Críticas e Sugestões", apresentado pelo Dr. Newton Silveira. Os prêmios oferecidos, com o patrocínio do SINSA - Sindicato das Sociedades de Advogados dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e do CESA são três notebooks com especificações diferentes sendo o de melhor qualificação reservado ao primeiro lugar e assim sucessivamente quanto ao segundo e ao terceiro lugar.

O concurso de 2010 foi divulgado através de cartazes (tiragem de 2.500 cópias) enviados para as Faculdades de Direito cadastradas no Ministério da Educação, para todas as Associadas do CESA, para escritórios

de advocacia, bem como para todas as seccionais da OAB no Brasil. Além disso, o concurso foi divulgado em outros importantes órgãos públicos e veículos de comunicação voltados ao Direito.

4. Palestras nas Faculdades

Em continuidade ao projeto de palestras sobre temas ligados à advocacia, nas Faculdades de Direito, desenvolvido por este Comitê há alguns anos, foi organizado o histórico de registros pretéritos de eventos, temas de palestras e palestrantes, bem como solicitado aos membros do Comitê o envio de sugestões de novos temas a fim de dar seguimento a este trabalho no ano de 2010.

Os eventos abordarão assuntos variados incluindo as áreas da humanista e ética do advogado, dos novos ramos do Direito, da carreira jurídica e exercício da profissão, do ensino jurídico, das sociedades de advogados, e das atividades do CESA.

5. Definição de Agenda para 2010

MÊS	DIA	LOCAL
Fevereiro	02	MATTOS MURIEL KESTENER ADVOGADOS Alameda Santos, 1940, 1º andar
Março	16	NEWTON SILVEIRA, WILSON SILVEIRA E ASSOCIADOS - ADVOGADOS Av. Paulista, 1499, 18º andar
Maio	18	ROMEU GIORA JUNIOR ADVOGADOS, CONSULTORES E ASSOCIADOS Av. Paulista, 2001, 15º andar
Julho	27	DEMAREST E ALMEIDA ADVOGADOS Av. Pedroso de Moraes, 1.201, Centro Cultural Ohtake
Setembro	21	OPICE BLUM ADVOGADOS ASSOCIADOS Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 680, 1º andar
Novembro	30	ARAÚJO E POLICASTRO ADVOGADOS Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729, 2º andar

COMITÊ DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Coordenadores: **Thomas Benes Felsberg**
Felsberg, Pedretti, Mannrich e Aidar Advogados e
Consultores Legais

Marcelo Procópio Calliari
TozziniFreire Advogados

No ano de dois mil e nove, o Comitê de Relações Internacionais do CESA contou com a participação de convidados de destaque em suas reuniões mensais e concentrou-se na organização do Elsa WTO Moot Court, em São Paulo, tendo em vista a importância deste evento para os estudos do Direito do Comércio Internacional. Além disso, o trabalho elaborado pelos membros do Comitê, incluindo atividades voltadas ao desenvolvimento do Comércio Exterior em âmbito Internacional e Nacional, possibilitou sua projeção e reconhecimento no meio especializado.

A. Projetos e Grupos de Estudos

Dentre os projetos e grupos de estudos desenvolvidos ao longo do ano, destacamos os seguintes:

- Grupo de estudos em negociações internacionais

Em 2009, não houve avanços significativos em relação ao grupo de estudos em negociações internacionais, tendo em vista que alguns dos coordenadores deste projeto já não fazem parte do Comitê.

- Moot Court da Organização Mundial do Comércio (OMC)

Por sugestão do Dr. Abrão Neto, o Comitê celebrou um contrato com a European Law Student Association - ELSA para a realização da rodada regional latino-americana do ELSA WTO Moot Court, em São Paulo, em 2010. Trata-se da mais importante simulação dos painéis da OMC na atualidade, tendo em vista o prestígio do evento em si, a competência das equipes e árbitros participantes e, finalmente, o estímulo que sua

realização trará para o estudo e o desenvolvimento do Direito Internacional no Brasil.

Neste sentido, foram tomadas providências para organizar o evento como a elaboração de uma página para o Moot Court na Internet (hospedada no sítio eletrônico do CESA), a divulgação do evento em universidades brasileiras e estrangeiras, a captação de recursos junto a patrocinadores e elaboração de convites a renomados profissionais para participarem na qualidade de painelistas e/ou de palestrantes em seminários sobre temas de comércio internacional a serem realizados no decorrer do evento.

- UK - BRAZIL - Joint Economic and Trade Committee - JETCO

No ano de 2009, as atividades relacionadas ao projeto foram reduzidas e regidas, principalmente, pela London Law Society.

- Projeto do Livro sobre a Índia

Em 2009, o Comitê empenhou-se na organização do livro “Brasil-Índia”, concebendo-o nos moldes do livro “Brasil-China”, publicado pela Editora Aduaneiras. Neste ano, debateu-se a distribuição dos capítulos entre os autores do livro, permanecendo em aberto, contudo, quem será responsável pelo capítulo 22 (Negócios com a Índia: Um Panorama Cultural).

- Projeto para o DECOM sobre “Best Practices” em Defesa Comercial

Por sugestão do Dr. Marcelo Calliari e da Dra. Vera Kanas, ambos do escritório TozziniFreire, foi criado, em 2009, um grupo de estudos para a elaboração de um memorando com comentários, críticas e sugestões acerca das atividades e procedimentos adotados pelo DECOM. Alguns encontros foram realizados com a finalidade de traçarem-se as diretrizes do projeto.

- Reunião do Comitê de Relações Internacionais do CESA em Barcelona

Em 2009, não houve avanços significativos em relação ao ciclo de seminários do Comitê em Barcelona. Contudo, este projeto segue com o apoio e o envolvimento do Ministério das Relações Exteriores, o Consulado do Brasil em Barcelona e o Colégio de Advogados de Barcelona.

- Programa de Estágio para Jovens Advogados na Missão Brasileira em Genebra e em Washington D.C.

O Comitê monitorou, em 2009, o andamento dos programas de estágio para jovens advogados na Missão Brasileira em Genebra e na Embaixada Brasileira em Washington D.C.

B. Apresentações e Palestras

Data	Tema da Apresentação	Palestrante
19 de maio	ELSA WTO Moot Court	O Dr. Abrão Neto, responsável pelo projeto ELSA WTO Moot Court - Rodada Regional Latino-Americana (Edição 2009/2010), em conjunto com o Dr. Thomas Felsberg, do escritório Felsberg e Associados, comentou sua experiência ao acompanhar a rodada regional para a América Latina do ELSA Moot Court da OMC ocorrida em Bogotá, Colômbia, em março de 2009. Ressaltou a importância e prestígio do evento, a competência das equipes e árbitros participantes e o estímulo que sua realização no Brasil deverá gerar para o estudo e desenvolvimento locais do Direito Internacional.
17 de Julho	Crise Econômica Mundial e Comércio Internacional	Mario Marconini, Diretor Titular Adjunto do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da FIESP, dividiu suas percepções acerca dos efeitos da crise no comércio mundial e nas relações multilaterais entre os países.
14 de Agosto	Temas atuais do Comércio Internacional	A Prof. Vera Thorstensen, assessora econômica da Missão do Brasil em Genebra, fez importantes considerações acerca das expectativas da Missão Brasileira em Genebra em relação à Rodada de Doha e outros assuntos das agendas de negociações internacionais, como o impacto das mudanças climáticas no comércio internacional.

C. Eventos

Em Novembro de 2009, foi realizado um curso tendo por tema “As Relações Internacionais no Século XXI”, com o apoio da FAAP, que concordou em ceder suas instalações e em divulgar o evento para o público.

COMITÊ SOCIETÁRIO

Coordenadores: **Luiz Roberto de Andrade Novaes**

Novaes, Plantulli Advogados

Renato Berger

Tozzini Freire Advogados

João Vestim Grande

Palma e Alonso – Sociedade de Advogados

O Comitê Societário reuniu-se 07 (sete) vezes durante o ano de 2009 e desenvolveu vários estudos e discussões sobre temas de interesse de seus integrantes e das sociedades de advogados, valendo destacar, em especial, as seguintes matérias:

- 1) Notarização e Consularização de Documentos Estrangeiros: discussão, elaboração de pareceres e tratativas visando eliminar a exigência descabida de notarização/consularização de documentos particulares oriundos do exterior como condição ao seu registro em Títulos e Documentos;
- 2) Audiência Pública nº 02/2009 da CVM - minuta de instrução sobre pedidos públicos de procuração para exercício do direito de voto em assembleias de acionistas: discussão do tema;
- 3) Incorporação de Ações: discussão do tema;
- 4) Representação de Sócios/Acionistas em Deliberações Societárias: discussão do tema (inclusive com relação à participação de advogados como procuradores nas deliberações);
- 5) Parecer da Advocacia-Geral da União acerca de exigência de autorização do Governo Federal para atuação de empresa estrangeira no Brasil, estatuída pelo art. 1.134 do Código Civil (sociedade irregular): discussão do tema e inteiro teor do parecer disponibilizado aos integrantes do Comitê Societário;

- 6) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada: exame do projeto de lei em trâmite no Congresso, pesquisas de direito comparado, discussão do tema para eventual oferecimento de sugestões ao legislativo;
- 7) Comitê de Usuários JUCESP: possível pleito para criação de Comitê de Usuários, com participação efetiva do Comitê Societário do CESA, que permita a discussão periódica de questões jurídicas com representantes da JUCESP;
- 8) Projeto de Lei sobre Desconsideração da Personalidade Jurídica: comentários à minuta do PL que permanece em andamento no legislativo.
- 9) Principais mudanças propostas na Instrução CVM nº 202, atual Instrução CVM nº 480; e
- 10) Posicionamento da Comissão de Valores Mobiliários - CVM no que tange à proteção aos acionistas minoritários (decisões representativas do colegiado);

Em relação ao último item - proteção aos acionistas minoritários - o Comitê Societário contou com a colaboração do Superintendente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais - AMEC, Sr. Edison Garcia.

COMITÊ TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

Coordenadores: Sólon de Almeida Cunha

Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados

Wolnei Tadeu Ferreira

Ferreira, Rodrigues Sociedade de Advogados

José Eduardo Haddad

Haddad, Malheiros, Casoni e Ruzene Advs. Ass.

O Comitê Trabalhista e Previdenciário do CESA, ao longo do ano de 2009, realizou 3 reuniões, nas quais foram abordados diversos temas de interesse na área. O ano teve importantes decisões judiciais, administrativas e projetos de lei que levaram o grupo a promover debates e intervenções significativas, que destacamos a seguir. Foram temas de discussão nas reuniões realizadas:

Em 26/03/2009, primeira reunião do ano, avaliou-se a MP-449, que modificava substancialmente as regras de incidência do INSS sobre ações trabalhistas, além de outros reflexos, tendo o grupo se reunido para ver possíveis propostas de intervenção, o que acabou não se efetivando, em razão da transformação da MP em lei.

Depois desse encontro, e em razão da eleição havida no CESA, com a substituição da Presidência e alteração nos Comitês Temáticos, o comitê aguardou definições da direção, antes de retornar às suas atividades, nada tendo surgido no período que indicasse a necessidade de uma reunião urgente ou extraordinária.

Na reunião do mês de agosto, havida dia 31, o Comitê redefiniu sua forma de atuação, analisando os seguintes tópicos jurídicos: as demissões coletivas após análise do tema pelo TST; andamento do PL-4302/98 sobre terceirização; Nova lei do Mandado de Segurança, 12016/09, e sua repercussão na área; Lei 12.010/09, sobre adoção de crianças e influência na parte trabalhista; análise dos Precedentes administrativos da SRT/TEM, divulgados recentemente.

A reunião de 28 de setembro contou com a participação do Dr. Geraldo Baraldi, informando sobre caso em que atua e que levaria o TST a definir sobre os limites do jus postulandi na Justiça do Trabalho, além de analisar-se os seguintes tópicos: Lei 11962/09, que trata da expatriação de brasileiros e repercussões; análise de decisões de 1ª instância, que ameaçam a parte se ingressar com embargos de declaração; decisões havidas no TST, entendendo que crime de falta de anotação de Carteira Profissional e ainda casos de cobrança de honorários são de competência da Justiça Comum.

Na derradeira reunião do ano, dia 26/20, o comitê se reuniu e avaliou os seguintes itens: A) efeitos e conseqüências da Portaria INSS 254/09, contendo novos fatores FAP e graus de custos de acidentes do trabalho; B) análise da decisão TST que limitou o jus postulandi na JT e C) novidades legais e jurídicas do mês.

COMITÊ TRIBUTÁRIO

Coordenadores: **Salvador Fernando Salvia**
Martins e Salvia Advogados

Sérgio Farina Filho
Pinheiro Neto Advogados

Mara Caramico
Thiollier Advogados

No Ano de 2009, o Comitê Tributário reuniu-se a cada mês no escritório de um dos associados do CESA.

Nas várias reuniões realizadas, os principais assuntos debatidos foram:

1 - Tributação de pró-labore e distribuição de lucros: Inicialmente o Comitê Tributário discutiu o procedimento do INSS que, segundo as informações trazidas por alguns associados, estaria exigindo contribuição social e previdenciária sobre o valor pago aos sócios das sociedades de advogados a título de distribuição antecipada de lucros além do próprio pró-labore. O assunto foi tratado pelos presentes que discutiram sobre algumas modalidades de estrutura societária das empresas e de como poderia ser questionada a posição do INSS quanto à referida pretensão de tributar não só do pró-labore mas da própria antecipação de distribuição de lucros. Depois dessa reunião, foi feita uma apresentação dos resultados da discussão à Diretoria do CESA, tendo sido desenvolvido pelo Comitê um pequeno trabalho sobre a questão e de como as sociedades de advogados poderiam enfrentar as autuações. O Comitê, então, sugeriu à Diretoria e aos associados que, em função do fato das sociedades de advogados possuírem estruturas societárias distintas, caso houvesse questionamento por parte do INSS, deveria ser atacada em primeiro lugar a constitucionalidade do próprio veículo legal (decreto) que foi utilizado pelo Executivo para exigir a contribuição sobre quaisquer valores pagos aos sócios. Sugeriu-se, todavia, que fossem tomados alguns cuidados que poderiam tornar mais seguro o procedimento adotados pelas sociedades de advogados quais sejam:

- a) a previsão nos contratos sociais de que a distribuição dos lucros e dividendos pudesse ser desproporcional à participação de cada sócio no capital social;

b) que ficasse constando que as distribuições de lucros pudessem ser antecipadas;

c) que só houvesse distribuição antecipada de lucros nos casos em que realmente exista suporte contábil para tanto, ou seja, que a empresa realmente possa sustentar uma posição de lucro até o encerramento do exercício fiscal que ao final justificasse o valor da distribuição antecipada.

2 - Tributação de distribuição de lucros: Existem três projetos de lei tramitando no Congresso que tencionam revogar a isenção que hoje existe quanto ao Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos aos sócios e acionistas. Foi feito um alerta pelos membros do Comitê de que estes projetos deveriam ser acompanhados de perto pelo CESA, pois afetarão diretamente as sociedades de advogados como um todo se forem por fim aprovados. Levou-se esta questão ao Plenário e à Diretoria do CESA para discussão e alerta. Votou-se nesse sentido o encaminhamento de sugestão ao Presidente do CESA para a contratação de uma assessoria de imprensa especializada no acompanhamento junto ao Congresso Nacional de projetos de lei do interesse das sociedades de advogados. Na opinião do Comitê isso se faz necessário tendo em vista que o CESA precisa ter notícias com antecedência do que está tramitando no legislativo para poder se mobilizar e acompanhar os projetos de lei que sejam do seu interesse e do interesse dos seus associados. O que ocorre atualmente é que esse acompanhamento vem sendo feito de maneira pontual e só sobre determinados assuntos, por alguns escritórios que seguem apenas os projetos de lei que lhe são afetos, sendo que os demais projetos que poderiam ser de interesse das sociedades de advogados acabam “escapando” ao controle, e quando chegam ao grande público já é muito difícil ser feito algum trabalho efetivo por parte do CESA para a sua modificação ou até mesmo para a sua não aprovação.

3- Resposta à Consulta nº 116/09 e a polêmica gerada: Foi discutido pela mesa a resposta à consulta realizada pela 6ª Região da Receita Federal do Brasil (nº 116/09) formulada por um escritório de advocacia mineiro que indagou se a remuneração paga aos sócios de serviço de seu escritório poderia ser entendida como distribuição de lucros, e assim ser isenta de tributação nas respectivas pessoas dos sócios. A RFB entendeu que tais remunerações são, na verdade, remuneração pelo trabalho prestado pelo sócio de serviço, já que estes não participam do capital social da sociedade. Assim, os valores pagos a esse título deveriam ser tributados de acordo com

a tabela de imposto de renda de pessoa física, como contribuinte individual, sendo este o entendimento a ser adotado também em relação ao INSS. Tal resposta causou grande preocupação entre os presentes uma vez que criava à época um precedente muito perigoso para as sociedades de advogados que, em sua maioria, possuem em seus quadros sócios de serviço. O referido escritório consulente desejava obter apoio do CESA no sentido de que este se posicionasse a favor do entendimento de que tais pagamentos são distribuição de lucros e não salários, trazendo o assunto à baila para que a discussão se difundisse de maneira a que essa decisão fosse modificada. Todos os presentes foram unânimes no sentido de entender que o CESA não deveria se posicionar em relação a essa consulta, já que chamar a atenção desse entendimento da RFB poderia causar muito mais prejuízos para as sociedades de advogados, levando a RFB a proceder a verificações e fiscalizações nos escritórios de advocacia. A sugestão que se propunha ao referido escritório seria no sentido de não se insurgir contra a consulta e discutir o tema em sede de Conselho de Contribuintes, depois de uma possível autuação, por ser esse órgão de julgamento administrativo muito mais técnico para discutir o tema. Assim, a proposta que foi levada para a Reunião da Diretoria do CESA foi no sentido de que o CESA não deveria se manifestar sobre o assunto, para não evidenciar ainda mais o problema. Posteriormente foi editada a Solução de Consulta nº 140, de 1º de outubro de 2009 que substituiu a Solução de Consulta nº 116, de 4.09.2009, formulada pelo escritório Henriques, Veríssimo & Moreira Advogados. Nessa nova decisão a Receita deixa claro que com relação aos "sócios de serviço" o IR será tributado na fonte e na declaração, sobre o pró-labore, sendo isentos a distribuição de lucros. Da mesma forma, a contribuição previdenciária deve incidir sobre o pró-labore e não sobre os lucros e dividendos. Essa nova decisão tranqüiliza a classe e ao CESA porquanto seria difícil tentar um pronunciamento do COSIT, quer pela falta de divergência, quer pelo risco de uma decisão contrária vincular todos os segmentos. Comentou-se que temas dessa relevância, com conseqüências potencialmente desastrosas para toda classe, não devem ser levadas á efeito pelas sociedades discussão prévia quanto à conveniência e oportunidade com a OAB e o próprio CESA.

4 - **ISS no Rio de Janeiro**: foi apresentado por um dos membros do Comitê o cenário atual quanto à tributação das sociedades de advogados no Município do Rio de Janeiro em relação ao ISS. Discutiu-se que o Estatuto da OAB não permite que as sociedades de advogados sejam entendidas como tendo caráter empresarial, e portanto, o ISS deve aplicar como critério de base de cálculo o faturamento. Alguns argumentos utilizados pelo fisco para pretender tributar as sociedades de advogados como se empresa

fossem, é o fato da sociedade possuir filiais o que descaracterizaria o seu intuito personalíssimo. Outro fator também foi utilizado pelo fisco é o fato de que muitos escritórios exploram o trabalho de outros profissionais, como nos casos em que o sócio recebe um valor muito maior do que os advogados contratados que receberiam um fixo por mês. O que importaria salientar é que por isonomia ao profissional autônomo não se poderia aplicar uma progressividade para tributar o trabalho das sociedades de advogados onde seus profissionais prestam serviços em caráter personalíssimo e que assumem a responsabilidade pessoal pelos atos praticados. Esse questionamento também foi levado ao conhecimento da Diretoria.

5- **Precedente recente do Tribunal de Justiça de São Paulo, relativamente ao ISS paulista incidente sobre as sociedades de advogados.** O Comitê avaliou o caso do escritório Almeida e Araújo Advogados que ingressou com um pedido de inscrição na Prefeitura de São Paulo, sendo nesse momento obrigado pela mesma a pagar o ISS de acordo com o faturamento e não conforme o número de sócios advogados que possuía. O referido escritório contestou administrativamente a decisão. Paralelamente a isso, levou a questão ao Judiciário. O Tribunal de Justiça entendeu assistir razão à Prefeitura pelo fato de que nem todos os sócios eram administradores, e também pelo fato de que nem todos os sócios retiravam pró-labore. Assim, decidiu o TJSP que o mencionado escritório deveria pagar ISS calculado sobre o montante do faturamento e não na qualidade de sociedade uniprofissional. Sucede que a decisão proferida na esfera administrativa reconsiderou o posicionamento anterior, aceitando a tributação não pelo faturamento, mas pelo número de sócios. Discutiu-se o que se deveria fazer nesse caso, tendo em vista que criava um precedente indesejável e perigoso sobre o assunto. Foi sugerido que em face da decisão administrativa, aquela sociedade ingressasse com Embargos de Declaração para pré-questionar a matéria, e discutir que houve ofensa da coisa julgada administrativa, e que por tal motivo o processo não poderia ser julgado, sem se ingressar na questão de mérito. Tal conclusão do Comitê foi levada ao conhecimento da Diretoria do CESA.

6- **COFINS e as sociedades de advogados:** Em inúmeras ocasiões o Comitê Tributário discutiu a questão do julgamento da COFINS e a revogação da sua isenção que seria, inclusive, matéria de Súmula expedida pelo STJ aplicável às sociedades de advogados. Questionou-se em diversas reuniões qual deveria ser a postura do CESA em relação aos seus associados e também em relação ao próprio processo que tramita perante o STF e de qual seria um provável deslinde da questão. À época também se discutiu a promulgação da MP nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº

11.491/09 que deferia um parcelamento especial dos débitos da COFINS objeto da referida discussão judicial e se seria conveniente se recomendar a sua adoção. O "REFIS da CRISE" como foi chamado foi analisado pelo Comitê que advertiu que os associados deveriam avaliar com cautela os vários pontos polêmicos da medida, em face das diversas portarias que estavam sendo expedidas tanto pela Procuradoria da Fazenda Nacional como pela própria Receita Federal do Brasil sobre o tema.

7- **A nova Lei do Mandado de Segurança:** Foi também discutido o apoio do CESA à ADIN interposta pela OAB/DF para declarar a inconstitucionalidade da nova lei do Mandado de Segurança, especialmente em relação ao seu artigo 25 que declara que no Mandado de Segurança não haverá a cobrança de honorários advocatícios. Os presentes entenderam que o artigo 25 só veio a consolidar uma jurisprudência antiga dos tribunais, sendo extremamente benéfica aos contribuintes e aos clientes dos escritórios de advocacia. De fato, a falta de condenação em honorários faz com que os escritórios de advocacia possam discutir suas teses com maior segurança, sem causar ônus aos clientes. A proposta da OAB para ver declarada a inconstitucionalidade desse artigo foi vista como prejudicial à sociedade de advogados, pois o que irá acontecer na prática é que os clientes poderão ser condenados pela denegação da segurança em valores substanciais, enquanto que no caso de serem vencedores os valores de condenação das fazendas públicas será como hoje: irrisória. Ou seja, o prejuízo será só para os clientes dos escritórios de advocacia, e não trará, ao fim e ao cabo, nenhum benefício para os advogados em si, ou para seus escritórios, já que na prática a condenação que vem sendo praticada pelo Judiciário em relação às fazendas públicas é a condenação em honorários em valores fixos e não em percentuais. Estes certamente continuariam a ser aplicados somente para os casos de condenação dos impetrantes, e não dos impetrados. O Comitê entendeu que o CESA não deveria apoiar tal iniciativa justamente porque ela é totalmente desfavorável às sociedades de advogados pelos motivos acima expostos, sendo esta a posição do Comitê Tributário foi levada à Diretoria na Reunião Plenária do dia 30/09.

8- **SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI N° 3401 E 4298, DE 2008** - declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica: foi discutido pelo CESA uma proposta de quais pontos o CESA deveria ressaltar como pontos relevantes para se modificar os projetos que estavam em trâmite no Congresso e que afetariam diretamente a sociedade e os contribuintes e as sugestões foram levadas à Reunião da Diretoria do CESA.

9- **Palestra ministrada no CESA:** no dia 31 de agosto, na Reunião Geral do CESA foi ministrada palestra pelo Desembargador Federal Dr. Newton de Lucca, pelo Dr. Carlos Alberto Carmona e pelo Juiz Federal Dr. Paulo Cesar Conrado sobre o novo projeto de lei das execuções fiscais. O Comitê Empresarial promoveu esse debate, demonstrando que o projeto é perverso para os contribuintes, já que dá plenos poderes à Fazenda Pública para penhorar ativos financeiros em primeiro lugar, além de se tornar praticamente a condutora do processo, não sendo mais possível se falar em sigilo bancário, em face das novas propostas do projeto.

10- **Discussão do formato do Seminário sobre penhora "on line" em 2010, e demais áreas de impacto das legislações em trâmite no Congresso:** - O Comitê entende que o tema é relevante e desta forma tem como meta para 2010 estruturar um seminário sobre o assunto que deverá ser dividido em quatro sub temas: (i) Tributário; (ii) Societário; (iii) Penal e (iv) Trabalhista. O Seminário deverá ter a duração de um dia e contará com a presença de professores Advogados, Professores de Direito, Juízes, Desembargadores, Ministros, membros do ministério público e até mesmo parlamentares integrante dos Comitês específicos. Os temas e o formato serão levados juntamente com os coordenadores dos outros Comitês envolvidos, à apreciação do presidente do CESA, para aprovação do formato final, data e local do evento;

Outros temas debatidos em 2009:

a) **ICMS Exclusão sobre PIS/COFINS.** Debateu-se sobre o “status” do julgamento no STF;

b) **Escrituração contábil digital.** Portaria 787 – No ano de 2010 resolveu-se convidar um especialista da área para falar sobre o tema;

c) **Questão da Bi-tributação nas relações Brasil – Estados Unidos:** o coordenador vai convidar o Dr. Antonio Carlos Rodrigues do Amaral para fazer uma apresentação sobre o tema;

d) **Honorários contra a Fazenda Pública:** Esse tema será abordado em 2010 pelo Comitê e de como e quais ações poderão ser feitas para modificar a situação hoje existente nos tribunais que fixam verbas irrisórias sucumbenciais quando a Fazenda é condenada em evidente prejuízo das sociedades de advogados.

e) **Novo Regulamento do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e as formas de selecionar os novos Juízes Contribuintes.**

Projetos para 2010:

Os objetivos do Comitê Tributário, em relação ao desenvolvimento das atividades para o exercício de 2010 é discutir temas que hoje são questões de relevância como a Guerra Fiscal existente entre os Estados, os Protocolos que estão sendo firmados pelos Estados para a solução desses problemas, o chamado “pacto republicano” e o que ele afetará os contribuintes, a nova composição do CARF e seu regulamento; as Execuções Fiscais em face do CPC e a atual jurisprudência do TRF e do STJ sobre o tema além de desenvolver um seminário sobre penhora “on line”, conforme mencionado no item 10 supra.

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS